

1968, ONTEM E HOJE

João Carlos Brum Torres
Universidade de Caxias do Sul /
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
brumtorres@gmail.com

RESUMO *A estrutura singular deste artigo deriva das peculiares características do evento Memórias 2 em 1: 25 anos do doutorado em Filosofia da UFMG/1968 ontem e hoje Brasil, Europa, EUA, ao qual esteve vinculada sua elaboração. A combinação no evento do apelo à reflexão filosófica com a remissão a acontecimentos históricos explica por que o artigo divide-se em quatro seções, de teor bem diverso, organizadas como se partes de um mosaico. Na primeira evoca-se o “ambíguo significado dos eventos de 1968, em cujo curso as mobilizações e lutas por uma vida mais livre e por uma sociedade mais justa foram acompanhadas e sobrepujadas pela reação conservadora e autoritária. A segunda relembra de modo mais determinado as revoltas de 68 nos diferentes países e seus melancólicos desfechos. Na terceira seção, o artigo chama atenção para que, na sequência quase imediata de 1968, o processo de globalização e a difusão planetária do neoliberalismo produziram uma alteração profunda na forma de organização das sociedades contemporâneas e nos padrões socialmente esperados dos planos de vida e dos comportamentos individuais cuja consequência foi a abertura de um período histórico novo no desdobramento do qual a associação de insatisfação e aspirações revolucionárias e utópicas das revoltas de 1968 tornou-se irremediavelmente anacrônica. Na quarta e conclusiva parte, o artigo vale-se da lição de Heidegger sobre o conceito de repetição, do modo como Deleuze a comenta, de uma página de Foucault sobre o caráter transistórico das insurreições e da análise de Ricœur sobre a natureza dos conceitos empregados na historiografia para apresentar duas teses filosóficas: a do caráter sui generis*

da instanciación dos universais históricos e a da vinculação da série aberta dos movimentos insurreccionais ao carácter intrínseca e insuperavelmente problemático da sociabilidade humana.

Palavras-chave maio de 68, época, neoliberalismo, repetição, conceito histórico.

ABSTRACT *The unusual structure of this article derives from the peculiar characteristics of the event Memórias 2 em 1: 25 years of the doctorate in Philosophy at UFMG / 1968 yesterday and today - Brazil, Europe, USA, to which its elaboration was linked. The junction of the appeal to philosophical reflection with the reference to historical events in the subject of the conference explains why the article is divided into four sections, of very different content, organized as if they were parts of a mosaic. The first of them evokes the ambiguous meaning of the events of 1968 and highlights the fact that the mobilizations and struggles for a freer life and a more just society typical of those events were accompanied and overcome by the conservative and authoritarian reaction they aroused. The second section recalls in a more determined way the uprisings of 68 in different countries and their melancholic outcomes. In the third section, the article draws attention to the fact that, in the almost immediate sequence of 1968, the globalization process and the worldwide spread of neoliberalism produced a profound change in the form of organization of contemporary societies and in the socially expected patterns of life plans and of the individual behaviors. These changes, argues the text, had as its most important consequence the opening of a new historical period in the unfolding of which the association of dissatisfaction and revolutionary and Utopian aspirations – which were the mark of the 1968 revolts - became hopelessly anachronistic. In the fourth and conclusive part, the article draws on Heidegger's lesson on the concept of repetition, on the way Deleuze comments it, on a Foucault page on the transhistoric character of insurrections and on Ricoeur's analysis of the nature of the concepts employed in historiography to present two philosophical theses: the first on the sui generis character of the instantiations of historical universals, the second on the linkage of the open series of insurrectionary movements to the intrinsic and insurmountably problematic character of human sociability.*

Keywords *may 1968, epoch, neoliberalism, repeating, historical concept.*

1. Foi com alguma surpresa, honrado, um pouco apreensivo e com prazer que recebi o convite do Professor Ivan Domingues para participar do evento Memórias 2 em 1: 25 anos do doutorado em Filosofia da UFMG/1968 ontem e hoje – Brasil, Europa, EUA. Honrado e com alguma surpresa pela distinção de ser lembrado, não obstante a distância, os encontros esparsos. Um pouco apreensivo porque falar para os colegas membros de um centro de estudos que tem entre seus nomes históricos Henrique Cláudio de Lima Vaz e José Henrique Santos e que se tornou referência maior no âmbito da cultura filosófica brasileira, queira-se ou não, por amável, informal e simples que seja a invitation, traz implícitas as exigências que são próprias da vida acadêmica de excelência. Também com prazer porque, para quem era estudante e tinha 22 anos em maio de 1968, evocar esse ano é, antes de mais, ver-se devolvido ao momento em que a juventude era mais plena, já livre das adolescentes oscilações de humor e das incertezas quanto a que caminhos seguir, mas ainda não verdadeiramente tocada pelas injunções, pelas dobraduras, impostas pela vida acabadamente madura, assim como pela prudência que a esta acompanha quando o amadurecimento não é só um marco cronológico. Mas prazer também por ainda outra vez ver-me levado a dar-me conta de ter sido testemunha direta, de algum modo participante e ator, desse ano extraordinário. Desse ano em que, por um lado, regozijadamente, todas as rebeldias clamavam e prometiam uma vida mais livre e plena, mas no qual, por outro lado, nós, nós os brasileiros, víamos o regime militar tornar-se mais duro e, com o AI-5, abandonar as veleidades liberais de 64 e assumir-se como uma ditadura plena, entre cujas imediatas manifestações esteve um redobrado e deletério impacto na vida acadêmica nacional. Foi, com efeito, sem tardança que então nossa academia viu-se vitimada, depois do já ocorrido em 1964, por um segundo ciclo de expurgos e intervenções. Este começou já em abril de 1969, com as demissões na USP, continuou quatro meses depois, em agosto, em Porto Alegre, quando no dia 29 fomos 14 os expurgados, logo seguidos por mais 10 colegas que se demitiram em protesto, ou que foram a seguir também demitidos pelas mesmas sem-razões. Em 18 de setembro, foi a vez de Minas, onde, dentre os 12 excluídos¹, esteve o Professor Guido Antonio de Almeida.

1 De fato, há discrepâncias quanto aos expurgos em Minas e que atingiram a UFMG. Segundo o Decreto de 15/09/69, assinado pela Junta Militar e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, Parte I, o total de professores aposentados por força do AI-5 é 15, incluindo entre estes Guido de Almeida. Levantamento recente do historiador Rodrigo Patto, da UFMG, fala em 17. Mais à frente, no artigo de Ivan Domingues, intitulado "Labirintos da memória...", o leitor encontrará mais detalhes sobre as circunstâncias da aposentadoria de Guido A. de Almeida.

Em vista da dupla face desse – a tantos títulos – *annus mirabilis*, atender a convocação do Ivan de que o tomemos como tema de reflexão e que o façamos sem perdermos de vista o modo filosófico de ver que nos é comum, pareceu-me conveniente dividir esta comunicação em quatro apartados, de teor bem diverso e que formam como que um mosaico. Mosaico que espero guarde, não obstante a não linearidade, algo do interesse que certas assimetrias provocam.

Assim, depois deste preâmbulo inicial, na segunda dessas divisões, evocase, minimalisticamente, além do mais conhecido deles, o Maio de 68 francês, alguns dos demais grandes protestos que ocorreram em outros países naquele ano, registrando tão só evocativamente o que creio tenham sido a forma e o sentido de seus desfechos, assim como mencionei, um pouco especulativamente, alguns de seus efeitos de mais longo prazo. No terceiro apartado, chamo atenção para o fato de que, menos de 10 anos depois de 1968, não só haviam chegado ao fim os denominados Trinta Gloriosos, mas alterou-se profundamente a forma de desenvolvimento do capitalismo em plano mundial, assim como os padrões normativos com base nos quais passaram a ser discutidos o sucesso e o fracasso não só de sociedades mas também de indivíduos. Mudanças essas que, convém desde logo antecipar, vieram a tornar definitivamente passados os eventos de 1968, tornando os debates e conflitos de então, pelo menos aparentemente, irrecuperavelmente anacrônicos.

Em um quarto momento, à guisa de conclusão, apresento uma breve reflexão sobre as peculiaridades do tempo histórico suscitada ao correr desse exercício rememorativo. Suscitada tanto pela constatação do divórcio entre a importância simbólica daqueles acontecimentos e a invariável derrota política que sofreram, quanto pela brusca e inesperada substituição do contexto socioeconômico e cultural em que se inseriam e no qual eles ganhavam sentido. Refiro-me à conjuntura, ou, será melhor dizer, ao período histórico cujos eixos estruturadores constituídos no último quartel do século XX – a globalização e a hegemonia neoliberal – evidenciaram claramente que a história contemporânea havia virado uma página.

Ao concluir a conclusão, porém, em vista de que a página virada nos anos 70 do século passado está, por sua vez, a ser deixada para trás pelos eventos que há pelo menos cinco anos têm outra vez profundamente alterado a ordem mundial prevalecente nas últimas quatro décadas, procurei mostrar por que há um sentido – um sentido cuja apreensão depende do acesso aos recursos heurísticos da cultura filosófica – em que os eventos de 68 não morrem nunca.

2. A referência emblemática dos protestos de 1968 foi a verdadeira insurreição urbana de origem estudantil que teve lugar em Paris em maio

daquele ano. Naqueles dias de transformação dos paralelepípedos que calçavam as ruas do Quartier Latin em barricadas – dias em que o entusiasmo e o caráter de massa do movimento estudantil provocaram uma greve geral e no qual se expressou com inegável alegria o espírito de revolta contra o caráter formal, hierárquico, econômica e socialmente injusto, moral e existencialmente repressivo e hipócrita das instituições e dos valores tradicionais –, foram desfraldadas as bandeiras e as esperanças de um outro modo de viver, cujo sentido perdurou longamente e muito além das fronteiras francesas. Também ali foi posta em ato a ideia e a ilusão da política feita da rua, pelo conjunto fusionado de indivíduos-cidadãos, expressão direta do **povo**, do povo entendido como sendo, em sua ação direta, a fonte da legitimidade última de todo o poder político – ideia então, como se sabe, por um instante, vitoriosa.

A consideração do 68 francês poderia ser prolongada e sobre ela voltarei abaixo, mas creio que agora convém ter em conta que o exercício que o Ivan nos pede requer que se inclua a rememoração em um contexto ampliado e é isso que quero agora pelo menos esboçar.

A propósito, uma primeira observação é que os eventos do maio de 68 francês, sob muitos aspectos, irromperam como raio em céu azul, pois ainda faltavam sete anos para que se tomassem como findos os já aludidos Trinta Gloriosos, nome que lhes deu Jean Fourastié para por em realce os anos de desenvolvimento econômico intenso e consistente e de consolidação do Estado de bem-estar social em praticamente todos os países da OCDE, cujo conjunto forma, aliás, o que pode ser considerado o período modelar e áureo das sociedades e da civilização contemporâneas.

É verdade, porém, que em 1968 ninguém se atreveria a dizer que o pós-guerra, por mais dinâmico e animador que fosse do ponto de vista econômico, seria um tempo glorioso. Na verdade tudo se passou nesses anos como se a própria prosperidade e a própria restauração democrática, por parecerem naturais e óbvias, obliterassem seu valor, valor inegável, como se vê mais claramente agora, conquanto não eliminassem diferenças de renda e bem-estar e permanecessem consagradas as muitas formas de hierarquização de poder e *status* nas instituições privadas e públicas. Além disso, um tanto paradoxalmente, era como se justamente os avanços econômico-sociais e a ampla democratização abrissem o espaço necessário para que pudessem vir a desabrochar nas novas gerações preocupações mais distanciadas do mais elementarmente necessário à vida e à sobrevivência, que haviam sido inelutavelmente dominantes para quem vivera a segunda guerra mundial e o turbulento período que imediatamente a antecederia.

Preocupações em um sentido mais superficiais, em outro mais profundas como são as mudanças nos valores e nos costumes que estruturam a vida social corrente. Mais superficiais porque os protestos contra o convencionalismo, o autoritarismo e o hierarquismo dos modos de vida tradicionais (presentes seja nas relações assimétricas que rotineiramente regulam as relações humanas no âmbito das famílias, na vida das instituições, seja nos interditos, na prática frequentemente hipócritas, da moral tradicional, especialmente com relação ao comportamento sexual), ou as reservas críticas contra o farisaísmo e o materialismo da sociedade de consumo, ou mesmo os profundos desgosto e revolta contra as desigualdades econômico-sociais, persistentes mesmo nas sociedades mais afluentes, não eram, como de fato não foram, por si só capazes de abalarem as instituições de base do capitalismo e da democracia contemporânea e, ainda menos, do imperialismo, macro instituições que não só resistiram às turbulências da época, mas que, em certa medida, acabaram fortalecidas por elas. Mas mais profundas, contudo, porque elas diziam respeito ao modo como intimamente vivemos e experimentamos o mundo, seu teor e reflexos constituindo o pano de fundo do gosto e do desgosto com que todos convivemos no que Husserl chamou de mundo da vida, vale dizer: na base mesma de toda a experiência humana.

Por certo, em sua dimensão mais imediata, a abertura normativa dos movimentos de 1968 foi mais focada, pois, na hora, o aspecto dominante das lutas então travadas foi de caráter político, mesmo na França e nos Estados Unidos, e ainda mais claramente, nas demais revoltas daquele ano, sejam as ocorridas na chamada Primavera de Praga, no agressivo movimento estudantil alemão em Berlim, nos extraordinariamente amplos e violentos conflitos entre os estudantes e o Governo no México, que culminaram com as muitas mortes ocorridas no chamado massacre de Tlatelolco; também no Brasil, nas muitas passeatas de protesto organizadas e executadas pelos universitários de todo o país contra o governo militar.

Considerada tão só essa dimensão política dos eventos de 68, se os avaliarmos do estrito ponto de vista dos resultados alcançados, não obstante a amplitude e a radicalidade das manifestações, nenhum desses atos de vigoroso protesto teve sucesso. Em França, já em junho, o General De Gaulle restabelecia a ordem e o fazia com legitimidade renovada; em Praga, não obstante a liderança de Dubček, chefe de Estado, as reformas liberalizantes foram logo reprimidas pela ocupação do país pelas tropas soviéticas; em Berlim também a força do movimento estudantil não foi bastante para provocar quaisquer modificações institucionais na sociedade alemã, a despeito de que tenha dado lugar à longa vida do extremismo armado do Grupo Baader-Meinhof, para o qual o Estado

alemão era uma variante do fascismo. Luta que, de resto, funestamente, custou a vida ou a prisão de praticamente todos os seus líderes. No caso mexicano o desfecho foi também cruel, pois os protestos findaram por meio de uma repressão que acarretou centenas de mortes. Nos Estados Unidos o fim dos grandes protestos estudantis foi menos desastroso, pois, afinal, é inegável que, em alguma medida, estes contribuíram para que o governo viesse a tomar a decisão de por fim à estúpida guerra do Vietnã. Na Alemanha, como aludido, e no Brasil, por fim, os resultados foram os piores, porque alimentaram a passagem de muitos dos opositores ao regime à luta armada, cujo resultado foi uma onda repressiva ainda mais violenta e que terminou nos dois países com o encarceramento, as mortes das lideranças e o desmantelamento das organizações insurgentes.

No entanto, o sucesso político imediato não pode ser assumido como a unidade métrica exclusiva com base na qual há de se avaliar a importância histórica desse 1968 de protestos revoltos. Há nele outra força, ou, melhor, outra herança, um diversificado legado. No caso francês, de imediato, o reconhecimento de que o progresso econômico dos *Trinta gloriosos* precisava associar-se com uma melhor distribuição de seus resultados, como se viu já imediatamente quando, para terminar com a greve geral que corria em paralelo à revolta estudantil, De Gaulle autorizou um aumento de 35% no salário mínimo nacional. Foram tomadas também medidas de democratização e descentralização do sistema universitário, de resultados discutíveis, mas que de algum modo procuravam dar resposta à força anticonvencional e antiautoritária do movimento de maio. De outra parte, no plano dos costumes e das formalidades e relações hierárquicas dentro das instituições, notadamente nas Universidades, foram inegáveis os avanços liberalizantes. No plano ideológico, porém, o resultado imediato do movimento foi desastroso e triste. Interrompida a continuidade do movimento – contido pelas forças do Estado e pelo conservadorismo tradicional – boa parte de suas lideranças políticas animaram uma reação intelectual ultraesquerdista, ao mesmo tempo crítica do partido comunista, comprometida com uma recusa libertária do sistema capitalista e do Estado de direito, bem exemplificada pela admiração entusiasmada aos guardas vermelhos maoistas que as levou a um melancólico e rápido estiolamento, como paradigmaticamente ilustrado pelo fim da *Gauche proletarienne*.

Em nível mais profundo, porém, e com consequências mais duradouras, o movimento impactou os costumes, desde logo, por certo, no modo de ver, de viver e de avaliar a dimensão sexual das interações humanas, mas, mais genérica e difusamente, pela persistência e pela intensificação da defesa e promoção dos valores antiautoritários e das políticas hoje denominadas identitárias.

Determinações político-culturais, estas que combinadas com o que (a partir da segunda metade dos anos 70, como efeito do pleno reconhecimento do caráter totalitário da experiência socialista na Europa oriental) tornou-se conhecido como o movimento dos **direitos humanos como política**, vieram a constituir a inconfundível figura francesa da política de esquerda na transição do século XX para o atual.

Malgrado as naturais particularidades de cada país, não foi muito diverso o sentido geral do que veio a ocorrer depois de 1968 nos demais casos mencionados acima. Na Tchecoslováquia, o que se seguiu à Primavera de Praga foi o fim das reformas liberais e o restabelecimento do governo socialista autoritário, policialmente controlador da vida social sob o comando de Gustáv Husák. Todavia, neste caso também é possível ver nos eventos de 68, assim como nos de 56 na Hungria, outro sentido e consequências que, não por serem indiretas, deixaram de ser importantes, pois é inegável que as aspirações de liberalização do regime sob Dubček e as amplas desilusões e raiva provocadas por sua interrupção pela força contribuíram fortemente para a debilitação profunda, ainda que por longo tempo quase invisível, do sistema de crenças que dava sustentação ao socialismo na Europa Oriental. A rapidez com que ocorreu a debacle do sistema e a redemocratização em 1989-1990 são indicadores inequívocos dessa influência tardia dos eventos de 68 na história do país. No México, os resultados de longo prazo tampouco são fáceis de identificar com precisão, mas pode-se dizer com segurança que a violência da repressão de Tlatelolco contribuiu para o fortalecimento da consciência democrática no país e para o enfraquecimento da hegemonia e para o fim do modelo de Estado e de governo do Partido Revolucionário Institucional – PRI. Como aludido acima, nos Estados Unidos o legado de médio e longo prazo dos acontecimentos críticos de 1968 e, em geral das demais manifestações da década de 60, foram mais claros e profundos, ainda que sobrevividos não na cena política propriamente dita, mas no complexo conjunto de desenvolvimento do que veio a ser chamado de contracultura, onde se incluem, além dos movimentos pacifistas, as muitas faces de rejeição do *american standard of life*, cuja expressão mais clara talvez tenha sido a do movimento *hippie*. Já no caso alemão, porém, tendo a crítica ao *establishment* feita pelo movimento estudantil nos anos 60 engendrado o terrorismo da *Rote Armee Fraktion* e sua violenta repressão por todos os meios, inclusive a execução de lideranças aprisionadas e cujos processos estavam em curso, os resultados de longo prazo foram, ao fim e ao cabo, a desmoralização da esquerda radical e o fortalecimento dos partidos de direita. Contudo, como uma espécie de contrapartida, é verdade que na Alemanha a esquerda mais lúcida, da qual a Escola de Frankfurt pode

ser considerada como a expressão teórica e mais refinada, preservou e deu nova forma ao espírito crítico e aos anseios libertários da década de sessenta ao fazer dos ideais de justiça, de democracia participativa e, de modo mais indireto, de respeito ao meio ambiente o norte das políticas de oposição às políticas conservadoras do Estado germânico. Por fim, no caso do Brasil, dentre os desdobramentos dos eventos de 68, o mais importante foi a compreensão que a radicalização militarizada da oposição ao regime autoritário era o caminho a **não** ser seguido. O que é dizer que seu resultado mais profundo e mais consequente foi também indireto: o fortalecimento da consciência democrática nacional, da qual passaram a fazer parte nuclear a compreensão de que a luta contra as profundíssimas desigualdades econômicas e sociais do País é uma prioridade nacional, um desafio a ser confrontado dentro, contudo, dos marcos constitucionais do Estado de Direito. Um desafio frente ao qual, porém, não há como deixar de registrar, continuamos tristemente vencidos.

Por fim, cabe ainda observar que se, assim, com relação a suas ambições políticas e a seus programas de reformas profundas e mesmo de mudanças revolucionárias do *status quo* burguês, os movimentos de 68 malograram, não há como negar, de outra parte, que eles – por meio das mudanças de caráter cultural e ideológico que incontestavelmente provocaram – abriram um espaço de contestação à autossuficiência complacente do *status* civilizatório alcançado pelas forças conservadoras e mesmo social-democratas no pós-guerra, espaço este que permaneceria aberto por longo tempo, ainda que, como se verá adiante, a partir dos anos 70, ele, progressivamente, viesse a muito se estreitar.²

3. Convém indagar agora, como anunciado na abertura destas anotações, por que ao nos remetermos aos acontecimentos da década de 60 parece inevitável que os vejamos como estranhos, como se, embora, em escala histórica, próximos, pertencessem a outra época, separados de nós por uma fenda cronologicamente estreita, mas muito profunda não obstante as instituições políticas e os marcos institucionais dentro dos quais tem lugar o processo de reprodução das sociedades de nossos dias, se considerado globalmente, seja agora o mesmo dos anos 60 do século passado, pois a verdade é que

2 É verdade que, no âmbito interno dos movimentos emancipacionistas de esquerda, o legado crítico de 1968, embora aqui também controverso – como manifesto na crítica e na defesa do espontaneísmo, ou no elogio ou nas reservas à relação à passagem ilegalidade e à violência no desdobramento das lutas sociais, ou ainda na valorização ou na relativização do primado a ser atribuído às dimensões culturais e sociais dos movimentos de protesto *vis-à-vis* da dimensão de luta política institucionalizada – manteve-se como um marco histórico cuja força simbólica, a despeito das divergências recém-mencionadas, vem sendo recorrentemente mantida. (Cf. de La Porta, 2018)

Mercado e Estado, tais como conformados ao longo da modernidade, lá, como cá, continuam a ser, as instituições fundamentais.

Antes de mais, para diminuir o caráter paradoxal desse registro, é preciso dar-se conta, e admitir sem ressalvas, que as variações nos modos em que, *internamente*, se reorganiza o capitalismo moderno geram formas de sociedade e de vida individual profundamente diversas, ponto sobre o qual convém que nos detenhamos um momento.

O primeiro e mais óbvio destaque a fazer sobre este ponto é que para quem quer que tenha noção da dinâmica econômica e política dos últimos 50 anos, é inegável a impressionante mutação sofrida pelas sociedades contemporâneas a partir da década de 70 do século passado. Em segundo lugar importa também observar que essas mudanças ocorreram em termos e modos inteiramente alheios aos eventos de 68, os quais nem em si mesmos, nem em seus desdobramentos tiveram influência maior no desenho do que viria a ser o essencial do tempo histórico apenas dez anos depois. Pois o que então sobreveio foi antes uma espécie de corte, a liberação de uma força que deu início a uma nova série histórica. Uma série cuja estruturação derivou de uma complexa mudança nos modos de funcionamento e de articulação das instituições fundamentais das sociedades modernas, pois tanto se alterou o modo de conceber e avaliar as funções do Estado, quanto mudou radicalmente a forma de organização e funcionamento do Mercado, cuja consequência imediata foi uma mudança profunda no regime de interação entre essas instituições fundamentais.

Recentemente, ao tratar desse ponto em seu prefácio a *A Grande Regressão*, Heinrich Geiselberger (2019, p. 13-14), muito oportunamente, sugere que o que sucedeu desde então deve ser tomado em termos análogos aos de Polanyi, convindo reconhecer nesse processo como uma segunda *Grande Transformação* do capitalismo. Olhando o curso histórico dessa perspectiva, pode-se figurativamente dizer que o último quartel do século XX deixou à memória dos anos 60 – por conseguinte a nós – a tarefa de deixar aos mortos o enterro dos mortos.

Excede, por certo, os limites desta comunicação reconstituir o que foi e o que vem sendo o processo de globalização e a avassaladora hegemonia neoliberal. Mas, para tornar mais clara a mudança na paisagem histórica do mundo ocidental a partir do final dos anos 70 do século XX, não há como evitar pelo menos algumas observações de caráter geral. É só depois disso que se poderá voltar a discutir a questão do caráter definitivamente anacrônico ou não dos eventos de 68.

Costuma-se ter como marcos políticos da virada em questão a política econômica dos Chicago **boys** de Pinochet, a posse de Margaret Thatcher

como Primeiro Ministro da Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan como Presidente dos Estados Unidos. No entanto, dada a vinculação estreita entre a política e a cultura neoliberais com o ideal e, principalmente, com a prática de globalização das atividades econômicas, creio que, um tanto inesperadamente, se deva ter como não menos marcante a declaração de Deng Xiaoping – em 1987, nos atos preparatórios do 13º Congresso do Partido Comunista Chinês – de que conquanto “no passado se dissesse que em uma sociedade socialista o planejamento vinha primeiro”, naquele momento histórico isso “já não se deveria afirmar” (Vogel, 2011, p. 469). E isso assim não porque a abertura da economia chinesa para o mercado internacional tenha sido feita com base no ideário liberal típico, mas porque ela deu um extraordinário dinamismo ao processo de globalização, notadamente por ter provocado um inédito e acelerado processo de *delocalization* de plantas industriais para aquele país e multiplicado o comércio exterior exponencialmente.³

No contexto desta comunicação não cabe detalhar a sequência de decisões e de efeitos provocados pelo processo de globalização. O que é possível aqui fazer e o que cá importa é chamar atenção para o sentido geral da série histórica nova que reconfigurou o mundo contemporâneo. Para fazê-lo é necessário, contudo, pelo menos mencionar decisões, providências e políticas que acarretaram ao mesmo tempo a redefinição do papel do Estado no âmbito das sociedades democráticas e a expansão prática e objetiva da cultura neoliberal no mundo.

As medidas de política econômica da ideologia neoliberal são bem conhecidas: controle da inflação, pontualmente mediante a elevação das taxas de juros e, permanentemente, mediante medidas para redução das despesas primárias, especialmente as de natureza social, implementadas por meio de reformas mais ou menos profundas dos sistemas previdenciários, de educação e saúde, mas tanto quanto possível não das despesas de capital; privatizações;

3 Para uma visão resumida do que então estava passando a ocorrer na China, a seguinte passagem de um artigo de Shengjun Zhu & John Pickles é bem ilustrativa: “Consequentemente às reformas e à política de abertura dos anos 70 tardios, a China experimentou três transformações fundamentais: (i) passou de uma economia planejada para uma economia crescentemente baseada no mercado; (ii) passou de uma economia estatizada para uma economia com níveis crescentes de propriedade privada; e (iii) passou de uma economia orientada para o mercado interno para uma economia orientada para o mercado externo; esses processos foram acelerados depois do ingresso do país na Organização Internacional do Comércio em 2001 (He and Zhu 2007). A combinação de reformas internas e demanda internacional levou a uma rápida expansão do setor privado ligado às exportações (Gereffi 1999, 2009) – a assim chamada Política de Trazer – a qual gerou um crescimento do PIB anual 9,8% e das exportações 12,4% durante os anos 90 e de mais de 20% nos anos 2000 (IADB 2005; National Bureau of Statistics of China 2010b). A dependência da economia do comércio exterior (calculada como a soma das exportações e importações dividida pelo Produto Nacional Bruto) elevou-se de 30% em 1980 para 60% em 2008. A China tornou-se em 2005 a líder das exportações globais de 774 itens e o maior exportador do mundo com uma participação de 8% nas exportações mundiais em 2009 (Yang, Sang, and Wang 2006).” (Shengjun Zhu & John Pickles, 2014)

desregulamentação das relações de trabalho, mudanças na legislação relativa à organização sindical, com o fito de reduzir-lhes a influência e poder político; medidas de redução de tarifas sobre o comércio exterior e, sobretudo, liberação regulatória das atividades do setor financeiro e de abertura à livre movimentação internacional dos capitais.

Correlatamente, não obstante a diversidade dessas frentes, salta aos olhos o traço comum que amarra esse conjunto de medidas: a redução do papel do Estado na vida econômica e o correspondente aumento, tão grande quanto possível, da participação da iniciativa privada tanto na determinação das orientações de política pública, quanto na construção de infraestruturas e na prestação de serviços sociais.⁴

Por certo, como não poderia deixar de ser, o ritmo, a importância relativa de cada uma dessas linhas de política pública, as dificuldades de implementação de cada uma, os avanços e recuos em cada frente e mesmo no conjunto delas variaram significativamente. Variaram em função do grau, da consistência e eficácia com a qual as instituições e políticas do Estado de bem-estar social tinham sido implantadas nos diversos países e, correlatamente, em função das relações de força entre os setores sociais e as forças políticas que, em cada caso, os representassem. Por outra parte, progressivamente, as novas linhas de progresso técnico – de enorme impacto social, direta ou indiretamente associadas à economia digital, de alcance mundial – aceleraram enormemente o processo de integração da economia internacional e fizeram com que o comércio exterior tradicional paulatinamente se tornasse uma parte menor das relações econômicas, turbinadas estas pelos enormes movimentos do capital financeiro e pelas massivas políticas de *deslocalization* de plantas industriais para países com custos de mão de obra inferiores aos praticados no mundo industrializado, a China tendo sido, como é agora evidente, ao mesmo tempo o destino principal dessas iniciativas e sua principal beneficiária.

A dinamização do desenvolvimento econômico global desde então foi inquestionável e enorme e, internacionalmente avaliada, contribuiu para uma muito expressiva redução dos níveis de pobreza absoluta no mundo, duplo efeito este cujas consequências sociais e políticas não podem ser subestimadas.

Uma boa maneira de apresentar a profundidade dos impactos do conjunto desses macromovimentos é chamar atenção para o caráter paradoxal de três desdobramentos dessas mudanças econômicas nos domínios da política, da

4 A melhor análise do sentido geral desse processo continua a ser a de Ulrich Beck (Paz e Terra, 1999), “o maior analista social das tendências manifestas e latentes da condição humana na virada do século XIX para o século XX”, como diz Bauman. (In: Geiselberger, 2019, p. 45).

estrutura social e dos comportamentos e mentalidades de todos quem, nós todos, nos vimos envolvidos nesses processos cujo conjunto, como já dito, constituiu uma ruptura profunda com os termos da economia, da vida social e da cultura dos chamados *Trinta gloriosos*, o período de consolidação e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social no pós-guerra.

O primeiro desses paradoxos é que o componente político das mudanças em questão foi extraordinariamente importante e dependeu da ascensão aos centros de poder de Estado nos diferentes países de forças comprometidas com o ideário liberal de redução do papel do setor público no desenvolvimento econômico e social das sociedades. Como exemplarmente analisado por Ulrich Beck, esse processo foi altamente politizado e exigiu, especialmente no caso do Chile e da Inglaterra, lutas político-ideológicas de grandes proporções, nas quais as forças comprometidas com o ideário neoliberal foram vitoriosas. O caráter paradoxal desse processo reside na espécie de autoamputação que o Estado fez de suas competências e responsabilidades. Naturalmente, o resultado natural dessa autodesoneração de encargos e de redução das esferas de provimento de serviços públicos foi a abertura de novos espaços para a iniciativa privada e a redução da contribuição global da sociedade para atendimento das necessidades das camadas sociais cujos rendimentos privados limitaram seu acesso a esses serviços. Essa minimização do princípio e da prática da solidariedade social institucionalizada, que é a marca do Estado de bem-estar social, somada à redução dos empregos industriais nos países desenvolvidos, resultou no rápido e grande incremento das desigualdades de renda e bem-estar nessas sociedades.⁵

O segundo paradoxo envolvido nessas mudanças reside em que, não obstante tenham elas dependido, como se acaba de ver, de decisões políticas de enorme importância e sido implementadas por meio de ações de política pública de grande envergadura, houve, simultaneamente, um segundo processo de desoneração, neste caso de desoneração político-ideológica de responsabilidades de seus autores, os agentes dessas mesmas mudanças. Esta segunda desoneração foi feita mediante a apresentação das reformas institucionais e culturais que constituíram a marca do período como a consequência natural de forças e leis da dinâmica econômica, cuja necessidade só poderia ser contestada por ignorantes, sentimentalistas, corporativistas, políticos de má-fé auto-obnubilados, por isso cegos, incapazes de enxergar o que o progresso técnico e econômico mostra como inquestionável para qualquer pessoa sensata e isenta de interesses particulares.

5 Para uma acurada e sintética apresentação deste ponto veja-se a Introdução de Ulrich Beck ao livro *O que é Globalização?* (Beck, 1999, pp. 13-38).

O terceiro paradoxo envolvido nesse processo está em que – não obstante tais mudanças sejam consideradas como meros efeitos de leis econômicas objetivas e inelutáveis, a resistência às quais só teria como lamentável resultado retardar seu pleno funcionamento – sua implementação veio a exigir a vontade férrea de atores políticos muito determinados. De lideranças dispostas a arrostar os desgastes de crises e protestos para fazer prevalecer seu ideário, projeto exitosamente executado mediante uma luta de caráter cultural e ideológico cuja meta estratégica era alterar, profunda e massivamente, os comportamentos individuais e os ideais definidores do que é adequado, bom e esperável de todos quantos vivam em sociedade. O resultado dessa política foi uma mudança subjetiva de grandes proporções nas expectativas e nos planos de vida individuais. Oliver Nachtwey apresenta bem o significado dessas alterações ao comentar:

O Mercado continua sendo a medida de referência para todas as esferas da vida (...) interiorizou-se o mercado como algo natural, concordando – às vezes voluntariamente, às vezes não – com sua lógica. No neoliberalismo, é grande o peso da autocoção, da sublimação permanente: devemos estar sempre contentes com a concorrência, nos comparar e medir e otimizar. No caso de afrontas, degradações, humilhações e fracassos, a culpa é nossa – e então devemos esperar alegremente por uma nova chance. (In: Geiselberger, 2019, p. 222)

Pois bem, ao compararmos este cenário com a configuração das sociedades desenvolvidas no período que vai do fim da segunda guerra mundial até a década de 70 e, especialmente, com as expectativas e lutas por mudança na forma e no padrão societário então alcançado, cujo pináculo esteve em 1968, é impossível deixar de ver a diferença abissal que os separa, e isso não obstante o Estado e o Mercado – os macromarcos institucionais da sociedade moderna, como já sublinhado acima –, se considerados abstratamente, continuarem os mesmos.

Não fosse a disseminação das visões vulgares da sociedade moderna – que oscilam entre desperceber as mudanças sofridas por esta ao longo do tempo e tomar como incomensuráveis os períodos históricos – não seria necessário insistir em que as variações nos modos em que, *internamente*, se reorganiza o capitalismo moderno geram formas de sociedade e de vida individual profundamente diversas. No caso que estamos considerando, o que aparta as duas situações históricas é que o Estado de bem-estar social consolidado nos *Trinta Gloriosos* foi se corrompendo e como que se desvanecendo com a globalização e a progressiva hegemonia neoliberal. O princípio de solidariedade social – materializado em generosos sistemas de aposentadoria e pensões, de determinação dos níveis de gasto público estabelecidos tendo em vista não só

as necessidades de criação de infraestruturas adequadas para as sociedades contemporâneas, mas também os níveis de emprego e as necessidades de sustentação dos sistemas públicos de educação, saúde e habitação, elementos todos inextricavelmente associados ao caráter progressivo da imposição de encargos tributários, assim como a políticas fiscais de caráter distributivo – foi substituído pelo princípio da responsabilidade tomada como intransferível de cada indivíduo pela situação social em que se encontra e, por conseguinte, pela progressiva redução e, em alguns casos, pela eliminação desses mecanismos de atenuação das diferenças econômico-sociais tão inelutavelmente próprias do funcionamento das sociedades de mercado.

Sendo assim, se agora ensaiarmos comparar já não mais a configuração institucional dos dois períodos que estamos a distinguir, mas as disposições subjetivas, as expectativas pessoais de mudança presentes em um e outro, o primeiro registro a fazer é que se afrouxaram os controles culturais e burocráticos sobre a vida de cada dia.⁶ No entanto, essas medidas de desbloqueio dos padrões tradicionais de comportamento – do qual as lutas ditas identitárias são ao mesmo tempo um operador e um sintoma, assim como o é a evidente flexibilidade com que passaram a serem considerados os limites e padrões de organização da vida familiar e sexual – não conduziram a uma vida mais solidária e igualitária, como almejavam as lutas políticas de 68. Levaram antes à radicalização do individualismo e à conversão do sucesso econômico e social individual em valor maior do que talvez caiba bem chamar de a *civilização neoliberal*, cujo correlato foi a elevação do nível de risco e incerteza com que cada um de nós tem de desdobrar o respectivo plano de vida.

Nesta altura, convém, porém, voltar ao plano mais geral e dizer ainda uma palavra sobre as alterações no modo de conceber e avaliar as funções do Estado e a forma de organização e funcionamento do Mercado. O que quero salientar é que a redução das funções e das responsabilidades do setor público e sua desresponsabilização pelas diferenças econômico-sociais acarretaram também uma importante diminuição das expectativas gerais com relação ao que se pode e cabe esperar da ação do poder público. Carrelatamente, isso produziu um desinteresse pela política institucional. Essa mudança nas expectativas com relação à força do poder público foi ainda reforçada por um segundo fator: pela inegável diminuição dos graus de liberdade dos estados nacionais para a

6 Com efeito, houve alguma redução da carga tributária – principalmente para os estratos de renda mais elevados; os padrões de disciplina do trabalho formalmente hierárquicos foram substituídos por formas de gestão de pessoal mais flexíveis; tornaram-se mais abertos os padrões de estruturação das carreiras profissionais claramente delimitadas, tudo isso tendo contribuído para uma mais ampla variação das trajetórias individuais no conjunto da vida social.

implementação de políticas públicas internas em decorrência da incontrolada globalização das atividades econômicas. O que é dizer que se disseminou a crença, em parte verdadeira, de que o dinamismo principal do desenvolvimento econômico e social situa-se fora e muito além dos poderes de controle dos estados nacionais.

Ora, não é difícil compreender, então, que não só tenham se arrefecido as lutas por maior igualdade econômica e social no mundo, mas tenham mudado as expectativas e as estratégias de autodefesa individual no contexto dessa nova forma de organização das sociedades.

Neste novo contexto global, isto é o que queremos agora ressaltar, é natural e inevitável que as inconformidades com o *status quo* e mesmo os interesses e reivindicações dos prejudicados e descontentes assumam formas bem diversas das que animavam os movimentos de protesto do período anterior. Nesse novo contexto, *se anularam as relações entre frustrações sociais e expectativas utópicas* e se reforçaram as reações de autoproteção individual. Em termos gerais isso vem gerando uma sociedade em que o individualismo é o caráter dominante dos projetos de vida, o desligamento dos contextos tradicionais de vida, inclusive os territoriais, tornando-se cada vez mais frequentes e radicalizados, o aumento da disposição para migrações e emigrações sendo um sintoma claro desse mesmo processo.⁷

7 Em contrapartida, como vemos hoje, socialmente considerado, este fenômeno fez com que aumentasse a escuta e as respostas a mensagens de intolerância, de transferência patológica de responsabilização pelas frustrações da situação social presente e pela insegurança com relação ao futuro para bodes expiatórios variados, conjuntamente com a disposição para criar barreiras e muros, seja nas relações interindividuais, seja nos espaços coletivos, neste caso, um tanto surpreendentemente, mesmo com relação ao sentimento nacional, como evidente na ressurreição dos nacionalismos, a começar pelo *America First*, de Trump. Analisando o ponto, Oliver Nachwey observa: "Através da descoletivização do Estado social e da redução de suas reservas de solidariedade (...) o indivíduo está agora individualizado negativamente." (In: Geiselberger, 2019, p. 221). Zygmunt Bauman, por sua vez, escreve: "A heterogeneidade cultural está se tornando rapidamente um traço irremovível, de fato endêmico, do modo urbano de coabitação humana, mas a percepção de tal panorama não ocorre facilmente e a primeira reação é de negação – ou uma rejeição firme, enfática, belicosa. (...) Onde procurar, então, a origem e a motivação desse fenômeno? Em última análise, sugiro, no medo do **desconhecido** – do qual os 'estrangeiros' (...) são os símbolos mais proeminentes (...). A situação deles é assombrosamente remanescente daqueles assinalados nos mapas antigos com a advertência *hic sunt leones*, escrita nas bordas do inabitável e inabitado οἰκουμένη (...). (In: Geiselberger, 2019, p. 43, 44, 45.) Analisando o mesmo ponto, Manuel Castells escreve: "O temor da globalização incita a buscar refúgio na nação". O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração (...) induzem o chamamento à comunidade identitária. (...) É assim que a crise de legitimidade democrática foi gerando um discurso do medo e uma prática política que propõe voltar ao início. Voltar ao Estado como centro de decisão, acima das oligarquias econômicas e das redes globais. Voltar à nação como comunidade cultural da qual são excluídos os valores definidos como originários. Voltar à raça, como fronteira aparente do direito ancestral da etnia majoritária. Voltar também à família patricarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana (...). Voltar a Deus como fundamento. E nesse processo reconstruir as instituições (...)." (Manuel Castells, 2018, pp. 37-38).

Por si só esses elementos já permitem ver com mais clareza a profundidade da fenda que, como dissemos antes, nos separa dos anos 60 do século XX. No entanto, há uma outra ordem de fatores a diferenciar as duas situações, há uma outra força a anacronizar o terceiro quartel do século XX e que têm a ver, sem dúvida surpreendentemente, com o que houve de mais positivo nos anos que os sucederam, não obstante estes mesmos avanços estejam na origem das ansiedades próprias dos tempos atuais e, em parte também, de vários dos aspectos regressivos do tempo em que agora estamos a viver. Refiro-me ao progresso técnico de grande escala e de imenso impacto na vida contemporânea trazido pelo surgimento do chamado mundo digital.

Com efeito, salta aos olhos que o desenvolvimento acelerado das possibilidades de uso da Internet, liderado pelas empresas que operam em hiperescala, como Google, Amazon, Facebook, teve impactos cataclísmicos e ao mesmo tempo ambíguos sobre a vida social, produzindo com força disruptiva efeitos tanto positivos quanto negativos nos padrões de comportamento tradicionais e nos estados psicológicos que tipicamente lhes estavam associados.

O efeito social positivo mais evidente do desenvolvimento da economia e do mundo digital foi a velocíssima ampliação das possibilidades de comunicação interindividual, possibilidades que constituem uma expansão extraordinária do espaço de vigência da vida privada, pois as trocas de opinião entre particulares assumiram uma extensão incomparável com o que até muito recentemente era possível fazer com base em relações presenciais, ou com uso de mensagens transmitidas por meios tecnológicos antigos e convencionais, como as chamadas telefônicas, ou o uso do correio e do telégrafo. Num certo sentido, não há dúvida de que os novos instrumentos de contato interpessoal disponibilizados pelos ditos aplicativos representaram uma enorme e rica expansão da vida privada e conferiram à sociabilidade privada uma dimensão societária global.

Contudo, como se tem chamado atenção cada vez com maiores evidências e com alertas cada vez mais intensos, não é menos claro que esse fenômeno alterou profunda e negativamente os processos de formação da opinião pública que passaram a depender muito mais das chamadas redes de comunicação social, do que de instrumentos tradicionais, como a televisão e o rádio. E isto porque, embora, em geral, os instrumentos tradicionais de formação da opinião pública fossem institucionalizados como empresas privadas, eles cumpriam funções de caráter reconhecidamente público, funcionavam como canais abertos e, enquanto imprensa, atuavam, pelo menos idealmente, com a ideia de compromisso com a apresentação fidedigna de fatos.

Ora, o crescimento exponencial da comunicação no espaço das ditas redes sociais o que tem feito é não só reduzir a importância das instituições que até agora sustentavam a comunicação social, mas também desvencilhar-se da trava desse compromisso com a evidência factual. O que se vê na comunicação em rede é a legitimação das preferências subjetivas, idiossincráticas, partidárias, ideológicas, religiosas, que resultam na cacofonia das opiniões que hoje vemos por toda parte. Como se tem martelado insistentemente nestes dias, a manifestação mais agressiva e crua dessa nova situação, tem sido a produção em escala industrial das chamadas *fake news*.

Contudo, o efeito maior desse fenômeno é o debilitamento da noção de verdade, o incremento do opinionismo e o fechamento de juízos e posições baseados em preferências subjetivas, vulneráveis às inconstantes influências impressionistas, displicentes com relação a justificações e, por isso, sujeitas à manipulação em escala e força historicamente inéditas. O impacto dessa nova forma de comunicação social torna-se ainda mais perigoso e destrutivo por enfraquecer as instituições políticas e desmoralizar o próprio conceito de representação política, assim como o papel dos partidos na constituição das sociedades democráticas.

Para efeito do cotejo com os eventos de 1968, mote das considerações presentes, importa observar que essa nova conformação da vida social muda inteiramente o modo de estruturar as reações críticas, seja de que escala forem, pois o que agora importa – muito mais do que apontar os problemas sociais, indignar-se com os sacrifícios trazidos por eles, clamar por justiça e buscar a credibilidade desses protestos na veracidade das falas e na justificação do clamado por estas – é ou fugir, escapar, física ou psicologicamente, ou insultar, produzir uma versão substitutiva e subjetivamente preferível dos eventos, opiniões, decisões e encontrar o mais rápida e arbitrariamente possível atores, sujeitos individualizáveis, a quem se possa culpabilizar pelas frustrações e perdas sofridas.

Por fim, creio que cabe ainda apontar que nas angústias e dilemas da vida social contemporânea há ainda um fator, de caráter muito geral e menos visível, que é o da percepção obscura da dispensabilidade estrutural de contingentes cada vez maiores de seres humanos, tendo em vista que o norte do progresso técnico – ao qual se dedicam, cada vez com maior denodo e eficácia, muitas das melhores inteligências da época – é substituir, para usar os termos de Marx, trabalho vivo por trabalho morto.

A mensagem sistêmica e extremamente perversa de que gente é um estorvo, de que somos demais, embora só sub-repticiamente presente nas dinâmicas socioeconômicas atuais, não deixa de ser aprendida por quem quer

que viva na sociedade contemporânea e certamente é parte maior na geração dos movimentos regressivos que a crítica política e sociológica recente vem apontando.

Vê-se, assim, que este é mais um dos elementos que deixam o espírito crítico e os protestos sociais e políticos dos anos 60 como pertencentes a um tempo não apenas passado, mas emocional e existencialmente inacessível, como se ele fosse uma espécie de mundo alternativo.⁸

4. Ao de início antecipar o desdobramento desta comunicação, foi dito que ao concluí-la caberia fazer – mudando o plano até agora seguido nestas considerações – uma anotação, esta de caráter propriamente filosófico, sobre as características do tempo histórico, uma anotação suscitada por essa comparação de dois momentos da experiência contemporânea, que, embora, na escala da história, sejam cronologicamente próximos, têm sentido profundamente diverso.

Para tanto, uma passagem do primeiro volume de *Temps et Récit* será útil. No parágrafo que tenho em vista, Paul Ricœur chama atenção para o caráter paradoxal não, por certo, da inamovível estrutura formal do tempo histórico, da distinção entre passado, presente e futuro, mas para a espécie de repetição que se encontra na própria variação hemorrágica de acontecimentos irrecuperavelmente singulares, aliás, conforme o exigido pelo próprio conceito de acontecimento. Diz-se ali o seguinte:

As próprias intrigas são ao mesmo tempo singulares e não singulares. Elas falam de acontecimentos que só acontecem na intriga considerada; mas há tipos de constituição das intrigas que universalizam o acontecimento. (Ricœur, 1983, p. 364)

8 À luz do que se acaba de expor, a responsabilização das lideranças políticas ditas populistas pela crise do mundo neoliberal de nossos dias parece algo tolo e inútil, pois elas são evidente manifestação dos problemas e dilemas civilizacionais trazidos pelos motores do desenvolvimento econômico, social e cultural das últimas décadas – a globalização e a ideologia neoliberal; o que grande parte das elites políticas e bem pensantes que lideraram o mundo desenvolvido no período recente finge não ver. Pois a verdade é que nem à esquerda, nem no centro do espectro político mundial surgiram movimentos consistentes de reforma do sistema econômico, sem o que se torna ingênua e vazia a crença no cosmopolitismo ilustrado. É certo que, recentemente, em movimentos como o *Occupy Wall Street*, como o dos *Gilets jaunes*, como o das recentes revoltas no Chile, como as agressivas passeatas de 2013 no Brasil, com a criação do *Podemos* na Espanha, como na disputa de Elizabeth Warren e Bernie Sanders pela investidura como candidato do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos, a despeito da enorme diversidade de suas formas e orientações, parece despontar na vida política mundial a tomada de consciência de que é preciso procurar uma linha de enfrentamento das dificuldades estruturais da civilização contemporânea. Uma linha nova que se espera não se reduza ao esforço para restaurar a globalização e a hegemonia neoliberal dos últimos 40 anos, não consagre o neonacionalismo autoritário da direita contemporânea, tampouco volte-se para a restauração do conservadorismo mais arcaico e reacionário, como hoje se vê no nosso país, assim como não queira restaurar o fracassado modelo de sociedade socialista que vimos constituído no século XX.

Vê-se, pois, que, para tratar do ponto, Ricœur apela para o conceito de **tipo**, de tipos de acontecimento. Mas como entender isso? Bem antes, Ricœur havia explicado que “*a espécie de universalidade que a intriga comporta deriva de seu ordenamento*”, pois é a “*conexão interna enquanto tal*” que esboça os universais (Ricœur, 1983, p. 85). Razão pela qual Ricœur conclui: “*os universais que a intriga engendra não são ideias platônicas*”, mas, antes, “*parentes da sabedoria prática, portanto, da ética e da política*” (*Id. ib.*), de modo que “*é a intriga que deve ser típica*” (*Id.*, p. 84.)

É impossível reconstituir aqui a muito complexa teoria da história de Ricœur, mas, para esclarecer minimamente a posição expressa nas passagens citadas, convém esclarecer que muito embora o conceito de **intriga**⁹ seja entendido como termo técnico da história narrada e designe a concatenação dos acontecimentos históricos tal como presentes na obra dos historiadores, ele não deixa de remeter às “*entidades orquestradas pelo discurso histórico*” (Ricœur, 1983, p. 321): aos agentes, aos motivos, às intenções, às ações, às interações das quais a narração é narração. Sendo assim, creio que quando Ricœur diz que é a “*conexão interna enquanto tal*” que esboça os universais deve-se entender que muito embora essa conexão seja a conexão presente na narrativa histórica, seu pressuposto é que o narrado tenha uma configuração correspondente. Se for assim, os universais que são gerados pelas configurações típicas das narrativas deverão ter encontráveis suas instâncias, não só nas narrativas dos historiadores, mas também nas articulações dos próprios fatos narrados.

O que é dizer que quando os historiadores demarcam uma **época**, identificam uma **revolução**, descrevem os anos de **desenvolvimento econômico**, ou um período de **incremento demográfico**, eles estão a implicar que esses universais históricos estão a encontrar correspondência com a ocorrência de casos de mudança de época, de revolução, de desenvolvimento econômico, de incremento demográfico nas sociedades e nos tempos cujas narrativas eles estão a fazer.

Agora bem, admitindo que o termo categorial adequado para designar os universais históricos seja **tipo**, como deverá ser formalmente entendida sua relação com os eventos que podem ser considerados como instâncias de tal tipo? Ou, mais simplesmente, como se deve entender a relação entre um universal histórico e suas instâncias?

9 A origem do termo encontra-se na leitura que Ricœur faz da *Poética*, de Aristóteles, e é a tradução adotada por ele de $\mu\theta\omicron\upsilon\varsigma$, tal como usado o termo no início da *Poética*, em 1447a, tradução que se encontra também na versão de Pierre Destrée, incluída na edição das obras completas do estagirita, organizada por Pierre Pellegrin. (Aristóteles, 2014, p. 2761).

Ainda que Ricœur não o faça, se primeiramente prestarmos atenção ao termo por ele empregado para designar os universais históricos, o conceito de *tipo*, *somos* naturalmente levados a pensar no modo como, desde Peirce (Peirce, 1906, p. 492–546), a filosofia anglo-americana tem considerado o ponto, isto é, somos levados ao par *type-token*. No entanto, essa *demarche* seria um equívoco, pois basta ler o verbete *Types and Tokens*, de Linda Wetzel, na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, para dar-se conta de que não só não há consenso sobre como deve ser entendida a distinção, mas também que nenhum dos variados modos em que ela é entendida parece adequado para elucidar o modo como um universal histórico se relaciona com suas instâncias.¹⁰ Para o que nos interessa aqui, o que importa salientar, porém, é que, salvo no caso do que aqui nos interessa, dos universais históricos, a variação temporal da ocorrência das instâncias é irrelevante, não afeta e é alheia à determinação do modo em que o termo universal se relaciona com sua extensão. Na exceção constituída pelos tipos históricos isso não é assim, pois as instâncias são *intrinsecamente* referidas ao tempo, não apenas extrinsecamente datáveis, como é o caso de instanciações de quaisquer outras propriedades e entidades.

Se for assim, nossa pergunta passa a ser: que relação há entre as instâncias de um tipo de acontecimento histórico e o tempo? O que permite dizer que um desses *tokens* é anacrônico, no sentido em que vimos dizendo que os eventos de 1968 do século vinte nos aparecem como irrevogavelmente anacrônicos ao serem cotejados com a experiência e os protestos políticos de hoje?

10 Com efeito, pode-se examinar as relações entre universais e instâncias em vários contextos e as determinações de tais relações variam significativamente. Se tomarmos o exemplo clássico de uma *espécie natural* e seus membros tem-se um regime relacional; se considerarmos uma classe o regime será outro; se considerarmos os casos de um *sortal* ou o da distinção *type-token*, as respectivas relações também serão diferentes. No caso da relação de uma dada espécie com os indivíduos que dela fazem parte o fundamento dessa relação de pertencimento é o fato de que há um elemento físico-fisiológico, o mesmo código genético, que eles têm em comum. Como bem sabido, esse copertencimento é compatível com um grau de variação fenotípica muito considerável. Já o pertencimento a uma classe pode ser tido como determinado por uma propriedade física ou psicológica escolhida mais ou menos arbitrariamente por quem a delimitar, de modo que a variação interindividual de seus membros é indeterminada, podendo ser enorme, se, por exemplo, tomarmos como exemplo a classe das coisas brancas, ou muito pequena, se a classe que nos interessar for a dos diamantes terrestres com mais de 500 quilates. Por outro lado, a relação de um conceito *sortal* ordinário, com os indivíduos que integrem seu domínio de aplicação, varia de acordo com a altura em que se encontre o conceito considerado na árvore de subordinação conceitual. Em cada um desses casos pode-se dizer que varia o modo mais natural de expressar a relação de pertencimento de um indivíduo ao designado pelo termo universal a cuja extensão ele pertence, pois é natural falar dos membros de uma espécie, de elementos de uma classe, de instâncias de um conceito. Já no caso do pertencimento de um *token* a um *type*, notadamente se considerarmos as palavras e os casos de seu emprego – que é, desde Peirce, o caso paradigmático dessa relação – o pertencimento de *tokens* a *types* é regimentado de maneira muito rígida, com base nas letras que constituem a palavra na língua considerada. O mesmo ocorre se tomarmos como tipo um artefato industrial como um carro, pois o modelo de carro de uma marca e certo ano é determinado muito estritamente, sendo possível dizer que cada *token* de uma mesma palavra, ou de um carro de mesmo modelo, o replica.

Para tentar responder a esta questão talvez valha a pena começar pelo polo oposto, prestando a atenção ao que se passa com um evento natural como o alvorecer. Deixando de lado, o que ocorre nos invernos das latitudes extremas, pode-se dizer que cada um de nossos dias começa com o nascer do sol. Nesse caso a identificação de cada evento se faz mediante a determinação cronológica de sua ocorrência, pela indicação da data e hora em que o alvorecer tem lugar. Roberto Casati e Achille Varzi, ao considerarem o ponto, mostram que a identificação de cada alvorecer pode ser feita também indexadamente por “*um par ordenado $\langle i, \varphi \rangle$ no qual i é o período de tempo relevante (correspondente ao descritor 'esta manhã') e φ é a sentença 'O sol nasce'*. Nesses casos, pode-se dizer que a repetição cíclica, pelo menos nos grandes intervalos geológicos e se a deterioração do meio ambiente não vier a produzir noites intermináveis, não faz sentido em falar em anacronismo de um dado alvorecer. Em casos como este, muito embora a superveniência dos eventos tenha lugar obviamente em tempos diversos, a diversidade cronológica e, portanto, numérica de cada alvorecer, é inerte com relação à natureza e ao conteúdo intensional dos sucessivos eventos. Neste sentido, as instâncias do conceito de alvorecer são réplicas equivalentes de um evento-tipo.

No caso de um universal histórico, a relação da generalidade com suas instâncias é de outra ordem, para valer-me de uma expressão de Deleuze (Deleuze, 1968, p. 7). E isso não só porque o tempo histórico comporta divisões qualitativas, as expressões de sua divisão fixando os marcos cronológicos – momentos, conjunturas, períodos, épocas e eras – em função da variação de compatibilidades e afinidades entre as instituições, os usos e costumes, a cultura e as decisões ocorrentes na vida social, mas também porque a diferenciação dos casos de instanciação é sensível às mudanças temporais, o que obriga a que sejam considerados como azados, *crônicos*, se admitido o uso especial do termo, ou como desajustados com relação a esse mesmo conjunto de circunstâncias, sendo, nesse sentido, *anacrônicos*.

Pois bem, voltando agora a nosso assunto principal, quando dissemos que os eventos de 68 nos aparecem hoje como *anacrônicos*, o que queríamos dizer é que as mudanças sobrevindas na macroconfiguração do tempo histórico nos últimos quarenta anos, o modo de articulação de Estado e Mercado e a prevalência cultural do neoliberalismo, impactaram de tal modo nossas vidas que o tipo de vínculo que havia no período anterior entre frustração e esperanças utópicas se afrouxou de tal modo que movimentos insurrecionais, ou semi-insurrecionais como os daquele então já não podem ocorrer.

Isso não quer dizer que não ocorram mais protestos de grande envergadura em nossos dias, pois, aliás, depois de um tempo de grandes calmarias dos

movimentos sociais, vimos testemunhando no período mais recente uma espécie de retorno, de volta dos movimentos populares. No entanto, os movimentos atuais se fazem sob o signo da *indeterminação*, da indeterminação conceitual e estratégica, às vezes sob a forma de uma reserva ideológica e programática expressa, como no caso dos *gilets jaunes*, às vezes sob a forma da ambigüidade, como no caso dos grandes protestos urbanos de 2013 no Brasil, ou na emergência simultânea nos Estados Unidos de uma crescente posição de esquerda dentro do *establishment* político, no coração do Partido Democrata, com as lideranças de Sanders e Warren e, por outro lado, de um inegavelmente voto de protesto na candidatura de Donald Trump, ou nos grandes comícios e passeatas ocorridas no Brasil de 2014 até o impedimento da presidente Dilma.

Foi, portanto, levando em conta por um lado, o desligamento de insatisfação social e esperanças utópicas – resultado, como já mencionado, da consagração massiva do individualismo como padrão da vida trazida pela sociedade globalizada e praticamente hegemônica pelo ideal social neoliberal e, por outro, o caráter indeterminado dos protestos sociais presentes – que pusemos em destaque o anacronismo dos eventos de 1968. Na apresentação da primeira dessas fontes anacronizantes – a do desligamento entre insatisfação social e protestos coletivos – enfatizei o papel dominante do avanço do individualismo como forma de vida, mas deixei em segundo outro determinante maior desse fenômeno que foi a desmoralização do socialismo real como forma de estruturação das sociedades modernas ocorrida depois da queda do muro de Berlim.

Antes de concluir o exame deste ponto, convém ainda observar que a alegação que fiz de anacronismo do 1968 do século passado atentou aos e baseou-se nos mais salientes dos aspectos econômicos, sociológicos e políticos do desenvolvimento global ocorrido na sociedade global nos últimos quarenta anos. Convém observar, porém, que seria uma inadvertência grave ignorar que a experiência humana desdobra-se em outras dimensões, de sorte que estruturas econômicas, condicionamentos socioinstitucionais e a prevalência social de comportamentos e valores não só não podem nada contra a dimensão normativa da experiência humana, assim como tampouco bloqueiam, pelo menos não insuperavelmente, nossa inteligência, nossa imaginação e nossas aspirações. Por isso, em um pequeno artigo de 1998, escrito ao ensejo da evocação e comemoração do maio de 68 francês pude escrever:

Mas Maio de 68 tem um segundo destino. Há ali a expressão de uma outra força, a força da repetição, a mesma que faz com que a velhice não tire nada da infância, a que faz com que as demais estações sejam impotentes contra a primavera e que a tudo assegura um inevitável e glorioso recomeço. (...)

Neste novo registro, Maio de 68 não passa nunca, é uma virtualidade constante, a prontidão para a irrupção de eventos que abalam estruturas de poder, cristalizações geracionais, constelações de valores e representações e que abrem espaço para o gesto e o grito em favor de uma vida mais livre, para um cotidiano menos modorrento e gris, para uma sociedade mais alegre, para uma existência de criação e audácia.

Cumpre, porém, observar, que o que é designado acima como *força da repetição* e *virtualidade* são expressões que precisam ser bem compreendidas. Tomo-as no sentido em que Heidegger primeiramente as expôs, aproveitando também a leitura que Deleuze fez de sua lição. Refiro-me ao que Heidegger diz ao abrir a quarta seção de *Kant e o problema da metafísica*:

Entendemos por repetição de um problema fundamental a abertura de suas até então encobertas possibilidades originárias, mediante cuja elaboração ele é transformado e só assim preservado o problemático de seu conteúdo. Preservar um problema significa liberar e velar a força interna que fundamenta sua essência de problema. A repetição das possibilidades de um problema absolutamente não significa simplesmente captar o que é 'dado comumente', o que 'justifica visões do que se pode fazer'. Esse possível é simplesmente o que é demasiadamente efetivo e do qual cada um faz o que quer. Entendido assim, o possível é o que precisamente impedirá toda repetição genuína e assim toda relação com a história. (Heidegger, 2019, p.207.)¹¹

Por certo, diretamente, Heidegger está a falar neste texto de um problema filosófico, do problema contido nas três questões de Kant: O que posso saber? O que devo fazer? O que posso esperar? Questões que, comenta Heidegger, explicitam os interesses gerais do homem enquanto 'cidadão do mundo'. Todavia, tais problemas, os problemas filosóficos, não são problemas em sentido disciplinar, não são problemas dos filósofos, mas são problemas constitutivos da experiência humana. E é exatamente por isso que eles podem ser “repetidos”, podem ser repetidos porque, enquanto constitutivos, sua solução implicaria a superação, a maior ou a menor, da própria condição humana. Quando Aristóteles diz ao final do primeiro livro da *Política* que viver solitariamente é algo para o que estiver ou aquém ou além de nós, ele está a nomear não somente a natureza social do homem, mas o caráter constitutivamente problemático da sociabilidade humana, pois não há problemas em sentido próprio na sociabilidade animal, assim como não os haverá para seres hipoteticamente superiores, cuja sociabilidade não seja constitutiva de seu modo de ser.

O que quero dizer é que não sendo os termos da sociabilidade humana resolvidos automaticamente por determinações genômicas, como ocorrem no

11 Tradução ligeiramente modificada.

caso dos demais animais que Aristóteles e também Hobbes diziam políticos – como é o caso das abelhas, das formigas dos cupins –, sendo antes enfrentados mediante soluções institucionais de natureza essencialmente convencional, resulta que estas serão necessariamente *casos de solução*, vale dizer, expedientes protéticos cuja possibilidade reside e cuja razão de ser encontra-se em uma fenda que pode ser colmatada, mas que em si mesma não pode ser extinta e cujo reaparecimento é inevitável, pois as bases de cada formação social, como as placas tectônicas da litosfera terrestre, são móveis. É exatamente dessa natureza constitutiva e estrutural do problema da sociabilidade humana no sentido mais profundo e próprio da palavra problema que decorre nossa relação com a história e as divisões epocais.

Daí se segue o caráter necessariamente anacronizante da história e sua constância virtual. O caráter anacronizante da história decorre de que os modos de enfrentar o complexo de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais – os quais, de resto, não são senão os aspectos principais do problema fundamental de toda sociedade humana – são distribuídos contingente e descontinuamente no tempo. Sua constância, porém, decorre da insuperabilidade de seu problemático caráter, do problema fundamental da sociabilidade, de sorte que as soluções institucionais que lhe são propostas não atualizam nenhuma essência, mas são antes a efetivação contingente de virtualidades que lhe são inerentes.

É nesse sentido, como expressão do ponto em que repetidamente, ainda que a cada vez a seu modo, encontra-se o limite de um certo modo de vida social, que eu disse acima que

Maio de 68 não passa nunca, é uma virtualidade constante, a prontidão para a irrupção de eventos que abalam estruturas de poder, cristalizações geracionais, constelações de valores e representações e que abrem espaço para o gesto e o grito em favor de uma vida mais livre, para um cotidiano menos modorrento e gris, para uma sociedade mais alegre, para uma existência de criação e audácia.

O que é dizer que se, enquanto ocorrências datadas, os protestos de 68 podem ser considerados anacrônicos, enquanto sinais de uma dimensão irredutível da sociabilidade humana, eles estão para lá do azado e do anacrônico, pois, como diz Foucault

As insurreições pertencem à história. Mas de certo modo elas escapam dela. O movimento pelo qual um homem, um grupo, uma minoria, um povo dizem: “Eu não obedeço mais” e lança na face de um poder que ele estima injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irredutível. (...) E isso porque um homem que se ergue é, finalmente, sem explicação; é necessário um arranco que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões para que um homem possa “realmente” preferir o risco da morte à certeza de ter que obedecer. (...) Porque eles estão assim “fora da história”

e na história (...) compreende-se porque os levantes puderam tão facilmente encontrar nas formas religiosas a expressão de sua dramaturgia. (Foucault, 2001, 790-791)

O leitor poderá, por certo, inquietar-se com o paradoxo contido na afirmação de que “*enquanto sinais de uma dimensão irreduzível da sociabilidade humana*” eventos perfeitamente datados podem ser tomados como trans-históricos.

Creio que as considerações feitas acima já permitem entender o sentido dessa afirmação, mas talvez não seja demais repetir que eventos como os de 1968 colocam-se além da história na medida em que seus protestos, ademais de expressarem insatisfações com e contestação de situações históricas determinadas, recolocam o problema geral da sociabilidade humana e dizem: a ***solução que o quadro institucional presente oferece não dá! E não dá*** porque o problema de fundo, o problema de como hão de ser determinados os termos da cooperação entre os membros da sociedade e os mecanismos geradores de diferenças de renda, *status*, poder e cultura entre eles continua mal resolvido e, por isso, inelutavelmente aberto.

O que é dizer que há no coração da sociabilidade humana uma exigência de justiça cuja satisfação não é nunca perfeita e definitiva. Razão pela qual a repetição dos protestos em diferentes momentos históricos pode ser dita trans-histórica, pois o repetir-se recoloca, em uma série necessariamente aberta, essa mesma dimensão estruturalmente problemática da condição humana. Creio que a tese se torna menos paradoxal se pensarmos que assim como se pode dizer que em cada caso de uma adição elementar como $2+2=4$ o resultado é datado, obtido em um ponto exato do tempo, e, ao mesmo tempo, que ele é atemporal, se pode também dizer que no caso das insurreições sociais o fato de que cada uma delas, ao reabrir o problema estrutural da sociabilidade humana, ocorra em data e momento histórico determinados, não impede que, ao mesmo tempo, seu sentido mais profundo seja trans-histórico.

Repare-se, porém, que a comparação que acaba de ser feita é radicalmente imperfeita e pode gerar mal-entendidos. A repetição do resultado de uma operação aritmética como a mencionada é não só trivial como irrelevante para a determinação do conteúdo do problema, pois tanto este como sua solução decorrem necessária e monotonamente dos axiomas da aritmética, notadamente da função do sucessor. Aqui a força heurística da operação é inteiramente subjetiva, como se vê quando inauguralmente aprendemos a contar e a fazer as primeiras operações. Porém, no caso do que denominamos de *problema da sociabilidade humana* isto não é em absoluto assim, pois a própria determinação do que seja o problema, do conteúdo problemático do problema, depende do modo como os indivíduos que compõem e formam as sociedades entendem o que sejam as dificuldades a resolver. Isto é o que faz com que os problemas sociais

sejam sempre problemas institucionais, problemas que resultam de crenças e atos instituintes, instituintes de instituições. É também por essa razão que tanto a repetição dos atos instituintes quanto a denúncia que as insurreições fazem deles – despeito de que ponham iterativamente em questão a mesma questão dos termos em que se há de regrar a coexistência dos indivíduos humanos – a cada vez variam e, ao variar, abrem o espaço da história. Espaço este no qual toda repetição é repetição do diferente, pois como diz Heidegger na passagem citada acima, na “*repetição de um problema fundamental*” necessariamente tem lugar “*a abertura das até então encobertas possibilidades originárias nele contidas, mediante cuja elaboração o conteúdo que o faz problema é, ao mesmo tempo, transformado e preservado.*” É também nesse sentido que a formação de uma nova forma de sociedade é incomensurável com a formação de um novo formigueiro, ou de uma nova colmeia.

Referências

- ARISTÓTELES. “Política”. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília, D.F.: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- _____. “Œuvres Complètes”. Paris: Flammarion, 2014.
- BAUMAN, Z. “Sintomas à procura de um objeto e um nome”. In: GEISELBERGER, H. (ed.), 2019.
- BECK, Ulrich. “O que é Globalização? Equívocos do globalismo e respostas à globalização”. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BROWN, W. “In the Ruins of Neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the west”. NEW York: Columbia University Press, 2019.
- BRUM TORRES, J. C. “Maio de 68, Filosofia e Memória”. *Gazeta Mercantil* – RS, ed. de 25 de maio de 1998. Porto Alegre, 1998.
- CASATTI, R., VARZI, A. C. “Events”. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, CA: Metaphysics Research Lab., Stanford University, 2015.
- CASTELLS, M. “Ruptura – A crise da democracia liberal”. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DELEUZE, G. “Différence et répétition”. Paris: P.U.F, 1968.
- DELLA PORTA, D. (org.). “Sessantotto Passato e presente dell’anno ribelle”. Milão: Feltrinelli Editore, Kindle Edition, 2018.
- FOUCAULT, M. “Inutile de se soulever?”. In: FOUCAULT, M. *Dits et Écrits II*. Paris: Gallimard, 2001.
- GEISELBERGER, H. (ed.) “A Grande Regressão – Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrenta-los”. São Paulo: Editora Liberdade, 2019.
- HEIDEGGER, M. “Kant e o problema da metafísica”. Tradução de Marco Casanova. Rio de Janeiro: Via Veritas, 2019.
- NACHTWEY, O. “Descivilização – Sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais”. In: Geiselberger, 2019.

- PEIRCE, C. S. S. “Prolegomena to an Apology for Pragmaticism”. *The Monist*, Volume 16, Issue 4, p. 492-546. Outubro 1906.
- POLANYI, K. “A Grande Transformação: as origens da nossa época”. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RICŒUR P. “Temps et récit. Tomo I, L'intrigue et le récit historique”. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- VOGEL, E. F. “Deng Xiaping and the Transformation of China”. Cambridge USA: Harvard University Press, 2011.
- WETZEL, Linda. “Types and Tokens”. In: Edward N. Zalta (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Fall 2018 Edition, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/types-tokens/>>.
- ZHU, S. & PICKLES, J. “Bring In, Go Up, Go West, Go Out: Upgrading, Regionalisation and Delocalization in China’s Apparel Production Networks”. *Journal of Contemporary Asia*, Vol. 44, No. 1, 2014.
- ZOURABICHVILI, F. “Le vocabulaire de Deleuze”. Paris: Ellipses, 2013.